

**Formação de verbos em português:
parassíntese, circunfixação e/ou derivação?**

0. Proponho-me aqui analisar a estrutura morfo-lexical dos verbos deadjectivais e denominais tradicionalmente considerados como parassintéticos, em vista ao seu re-enquadramento no seio dos processos morfo-derivacionais do português.

Começarei por circunscrever o âmbito daquilo que se pode designar por parassíntese para, de seguida, equacionar qual a natureza do(s) processo(s) formativo(s) por ela instanciando(s); por último, proceder-se-á à caracterização destes produtos verbais em articulação com a dos demais verbos derivacionalmente construídos.

1. A designação de parassíntese que, tanto quanto me é dado saber, parece reinventar a Darmesteter (1877 [1972], cap. X, p. 129) recobre tradicionalmente tipos estruturais diversos. Como é sabido, designam-se por parassintéticos os produtos derivacionais que se considera serem ou terem sido simultaneamente prefixados e sufixados. Uma definição tão abrangente permite que todo o produto derivacional que apresente um operador prefixal e um operador sufixal seja tido como um parassintético, o que não é aceitável.

Com efeito, palavras do tipo *desaceleração*, *descongestionar*, *engarrafamento*, *impreparação*, *intramuscular*, *parapsicológico*, *repovoamento*, *transnacional* não são formadas por uma só e simultânea operação de prefixação e de sufixação, mas antes por operações sucessivas, cuja ordem me dispenso aqui de explicitar. A co-ocorrência, no produto acabado, de prefixo e de sufixo, não permite inferir que os mesmos foram adicionados simultaneamente à base. A análise, ainda que sumária, da estrutura composicional destas palavras é suficientemente explícita do falsoamento orientado que a sua construção implica.

Um segundo conjunto de produtos derivacionais habitualmente classificados como parassintéticos é constituído pelos verbos dos seguintes tipos, em que X representa a base nominal ou adjetival:

- (1) a X ar (*acetinar, agrupar, afundar, apixonar, aportar, arruinar, atapetar, aclarar*)
- (2) en X ar (*endeusar, encerar, endotheirar, encaxiar, endatar, ensombiar, enricar*)
- (3) es X ar (*esfriar, evaziar, esburacar, excavear, esforçar*)
- (4) a Xecer (*amadurecer, amolecer, apodrecer, amanhecer, amontecer*)
- (5) en Xecer (*enaldoídecer, ensardecer, entristecer, envelhecer, entamecer, entardecer*)
- (6) es Xecer (*esclarecer*)

Não me ocuparei aqui das relações semânticas — ingressivas e/ou causativas, de mudança de estado e/ou de lugar, de transformação ou de afectação de Xb —, que presidem à construção destes verbos. Preocupar-me-ei antes em indagar até que ponto eles podem ser caracterizados como parassintéticos e/ou como derivados (circunfixados), e quais as implicações que uma e outra perspectivas comportam para a teoria morfológica/derivacional.

Com a "Hipótese de Ramificação Binária" (Lieber (1981)) postulou-se que a actuação de uma regra de formação de palavras não envolve mais do que uma operação derivacional e que, portanto, as estruturas morfológicas são intrinsecamente bimembres. Fica, assim, posta de lado, a ideia tradicional de que produtos deste tipo teriam uma estrutura composicional trimembre, e começa-se então a trabalhar com base na hipótese de que os chamados verbos parassintéticos só podem ser formados por prefixação ou por sufixação.

Scalise (1983: 202-208) propõe que se trata de palavras formadas em duas etapas: uma primeira de sufixação, que geraria uma palavra possível (doravante precedida de *), não necessariamente atestada; e uma segunda de prefixação. A derivação processar-se-ia do seguinte modo:

- (7) *claro* → **clarar* → *aclarar*; *longo* → **longar* → *alongar*.

Por sua vez, Corbin é de opinião de que o afixo de infinitivo não deve ser considerado um sufixo derivacional (1980: 1.2.2.), pelo que na formação de verbos não há lugar à parassíntese, mas somente a prefixação, com poderes heterocategoriais, como se visualiza no esquema seguinte:

$$(8) [\text{largo}]_A \longrightarrow [\text{a} [\text{larg}]_A]_V; [\text{claro}]_A \longrightarrow [\text{a} [\text{aclar}]_A]_V.$$

Esta concepção pressupõe que os prefixos tenham poderes categoriais (CORBIN, 1987a: p. 121-138), podendo alterar a classe lexical das bases a que se anexam, e escuda-se no argumento de que a presença de *-ar / -ir* releva de outra componente morfológica que não a derivacional.

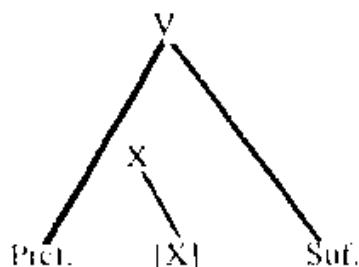
De uma tal proposta depreende-se que $[[\text{a}] \text{ hm}]$ consubstancia já a estrutura derivacional essencial do verbo *alunari*/(fr.)*alunir*, o que é discutível. Não está aqui em causa o facto de a base imediata do verbo ser uma forma não atestada. A "word based morphology" proposta por Aronoff não satisfaz a necessidade que diversos sistemas derivacionais acusam de ter em conta não apenas bases atestadas, mas também palavras semântico-categorialmente possíveis, ainda que não autónomas e/ou dicionarizadas. Também não está aqui em causa a possibilidade de um prefixo ter ou não poderes categoriais, mas a sua inevitabilidade ou a sua adequação, nestes casos.

Uma das objecções mais óbvias que se podem levantar a uma interpretação deste tipo é a de não ter sido equacionada a possibilidade de estes verbos serem formados por prefixação, sem poderes categoriais, a que se seguiria uma processo de conversão. Desta forma a responsabilidade da alteração categorial seria imputada ao processo de conversão, e não ao de prefixação, e ao mesmo tempo poder-se-ia continuar a manter a dissociação entre componentes flexional e derivacional.

Por outro lado, uma interpretação deste tipo contraria o princípio da "Right and head rule" (núcleo à direita). Na versão inicial (Williams: 1981), ou na versão revista (Selkirk: 1982) ou relativizada (Di Sciullo & Williams: 1987) deste princípio, o núcleo duma palavra complexa é o constituinte mais à direita que carreia a informação sintáctico-categorial relevante para o não-núcleo. Independentemente de se aceitar ou não a dominância afixal que este princípio promove (vejam-se as reservas a ele formuladas por CORBIN, 1987b e por RIO-TORTO, 1993, III, 3.3.3., p. 190-194), o certo é que a atribuição de poderes categoriais aos prefixos viola o princípio em referência, uma vez que o núcleo da palavra, responsabilizado pela categoria lexical desta, é um elemento periférico colocado à esquerda.

Mais satisfatória que esta solução, ou que o tratamento de exceção que Williams propõe para estes produtos derivacionais (considerando que neles o núcleo está colocado à esquerda), é a solução aventada por Villalva (1986: 84), segundo a qual o núcleo é conjuntamente constituído pelo prefixo e pelo sufixo. Um esquema estrutural deste tipo, que se assemelha em tudo ao de um afixo descontínuo, dá azo a que através deste artifício não seja desrespeitada a "Right and head rule".

Uma solução diferente mas que permite igualmente preservar este princípio é a de Alcoba Rueda (1987): nela se postula que um verbo parassintético apresenta uma estrutura ramificada à esquerda, em que o prefixo não tem papel categorizador ou nuclear; este papel cabe ao elemento afixal situado à direita, conforme se pode observar no seguinte esquema, apresentado pelo autor:



2. A proposta que aqui se apresenta consta do seguinte: considerar que os verbos em apreço são produtos derivacionais circunfixados. Esta proposta articula-se com uma outra, mais geral, segundo a qual a formação de verbos deadjectivais ou denominais obedece a um processo de derivação, que reveste as modalidades de derivação (i) circunfixal ou (ii) simplesmente sufixal.

Observemos os diversos esquemas estruturais dos verbos em análise, em que X representa a base, VT a vogal temática e - representa limite de constituinte:

A. X, constituinte sufixal, VT

- (1) -iz-a-r (*idealizar, urbanizar, escravizar, tiranizar, vaporizar, arborizar*)
- (2) -ifíc-a-r (*clarificar, estupidificar, exemplificar*)
- (3) -e-a-r (*altear, branquear, clarear, fundear, florear*)
- (4) -ej-a-r (*doidejar, fraquejar, verdejar, rumorejar, versejar*)
- (5) -ec-e-r (*amarecer, excurecer, humedecer, fortalecer, favorecer*)
- (6) -esc-e-r (*florescer, ruborescer*)

B. constituinte prefixal, X, constituinte sufixal, VT

- (7) a- X -iz-a-r (*aterrorizar, atemorizar*)
- (8) en- X -iz-a-r- (*encolerizar*)
- (9) es- X -e-a-r- (*estontear, esverdear*)
- (10) es- X -ej-a-r- (*esbravejar*)
- (11) a- X -ec-e-r (*amadurecer, apodrecer, ananhecer, anoitecer*)
- (12) en- X -ec-e-r (*endoidecer, ensurdecer, enraivecer, entardecer*)
- (13) es- X -ec-e-r (*esclarecer*)

C. constituinte prefixal, X, VT

- (14) a- X -a-r (*abotoar, acetinar, agrupar, afundar, apaixonar, aportar, arruinar, atapetar, aclarar, agravar, apatetar, avermelhar*)
- (15) en- X -a-r (*endeusar, encerar, encorajar, enlatar, ensombrar, embelezar*)
- (16) es- X -a-r (*esfriar, esquentar, esvaziar, esboroar, esburacar*)

A estes grupos acresce aquele em que o verbo decorre da combinação de uma base com uma vogal temática, segundo o esquema que se segue:

D. X, VT

(17) -a-r- (*adjectivar, alfabetar, assessorar, azedar, equivocar, policiar, validar, vitimar, abonar, diplomar, esmaltar, martelar, perdoar, perfumar, respeitar, rubricar, telhar, temperar, ulcerar, vacinar, abrigar, espalhar*)

Neste grupo se inclui também um reduzido número de verbos em -i-r (*colorir, florir, tossir, vestir*). Pela não disponibilidade deste mecanismo derivacional, a que não é certamente alheia a procedência destas formas, não teremos em conta estes verbos.

A mudança derivacional que a presença de -iz-, -ific-, -ec-, -ej- ou -esc- promove nos derivados de tipo A, parece ser suficiente para atestar a natureza afixal destes segmentos e para considerar que na origem destes verbos está uma operação derivacional de sufixação. A oposição entre *alfabetar* e *alfabetizar* atesta o papel derivacional desempenhado por -iz-.

A semelhança semântico-derivacional entre os verbos de tipo A. (cf. *clarificar*) e os de tipo B. (*esclarecer*), que apenas se distinguem daqueles pela co-ocorrência dos mesmos sufixos com os segmentos iniciais *a-*, *en-*, *es-*, permite encarar os verbos de tipo B. como produtos derivacionais formados por circunfixação. Este entendimento pressupõe que a adjunção de ambos os segmentos é simultânea e que a informação semântica que estes aduzem não é descontínua ou autónoma. Assim sendo, os segmentos inicial (*a-, en-, ex-*) e final (-iz-, -ific-, -ej-, -ec-, -esc-) deixam de ter o estatuto de verdadeiros prefixo e sufixo para adquirirem o de constituintes circunfixais.

A consideração destes verbos como derivados por circunfixação permite ultrapassar a polémica questão dos poderes categoriais dos prefixos, ao mesmo tempo que, não ignorando a presença destes, corresponsabiliza ambos os elementos do circunfixo, e não apenas o sufixo, pela alteração categorial/derivacional processada.

A intuição de que os dois segmentos prefixal e sufixal são adstritos simultaneamente à base já está presente em Darmesteter. Segundo afirma, produtos deste tipo são compostos parassintéticos porque «[...] ils sont formés *synthétiquement*, tout d'un jet, par l'union simultanée du préfixe et du suffixe au radical.» (1877 [1972]: 129). Todavia, a consideração destes verbos como derivados por circunfixação sobreleva largamente a sua interpretação tradicional, como compostos (Darmesteter) ou como derivados parassintéticos (SAID ALI (1964: 254-255) e CUNHA & CINTRA (1984: 103)).

Não está em causa a designação em si mesma, mas o facto de ela ser não só equívoca e desajustada (toda a formação de palavras que envolve constituintes deste tipo é, por natureza, *sintética*), como sobretudo o facto de ela não se enquadrar numa tipologia tão abrangente e operatória quanto a que classifica as operações morfo-lexicais em:

- (i) aditivas: afixação (sufixação, prefixação, circunfixação e infixação) e reduplicação,
- (ii) subtraetivas (derivação regressiva) e
- (iii) modificativas (apofonia, metátese),

Dito isto, importa ainda voltar um pouco atrás e abrir um parêntesis para ponderar o problema do estatuto afixal de *-iz-*.

A consideração de *-iz-* como constituinte sufixal debate-se com a constatação de que a sua presença ou a sua ausência pode, em alguns e raros casos, não ter valor distintivo do ponto de vista derivacional (cf. Corbin: 1987b). Se em relação a *focar* e *focalizar*, *adjectivar* e *adjectivalizar* ainda podemos argumentar que são diferentes as bases dos verbos em *-ar* e em *-izar*, já em pares do tipo *ignular* e *igualizar*, **valorar* e *valorizar*, não só a base se mantém idêntica, como o produto se afigura semanticamente análogo.

Poder-se-á então considerar que *-iz-* não desempenha qualquer função derivacional? Pelo acima exposto depreende-se que a resposta só pode ser negativa. Uma outra forma, e a meu ver mais feliz, de dilucidar a questão, pode consistir em admitir que estamos perante um caso — não frequente nem produtivo, é certo — de variação livre de recursos derivacionais.

A propósito, gostaria de acrescentar que a aparente identidade entre *medicar* e *medicalizar*, *monitorar* e *monitorizar* se explica em parte pela matriz anglófona destas palavras em *-iz-*. A inexistência, em inglês, do esquema derivacional de tipo D. obriga a que um verbo denominal ou adjetival apresente necessariamente um sufixo derivacional (*-is-*) à direita da sua base. Ao contrário, em português é possível, mediante a junção da Vogal Temática e do morfema de infinitivo, derivar *medicar* de *médico* e *monitorar* de *monitor*, sem ter de passar pelos adjetivos relacionais. Exemplos como estes evidenciam, assim, o papel fulcral que, sob o ponto de vista derivacional, a Vogal Temática parece desempenhar (recordem-se *alfabetizar* vs *affabetizar*), papel que iremos equacionar de seguida.

3. Tendo em conta produtos do tipo D. (X, VI) Scalise (1983) e Pena (1993) propõem que o sufixo verbal *-ar* (*activar*, *telefonar*) seja encarado não como sufixo flexivo, mas antes como um operador derivacional. As regras que dão origem a *activar* ou a *telefonar* não criam uma forma flexionada, mas sim uma nova classe de palavras.

O morfema de infinitivo funciona como o indicador privilegiado dessa nova classe lexical, ou seja, como indicador do seu estatuto de verbos. Mas a integração de cada produto numa dada classe de verbos faz-se, em primeira mão, pela Vogal Temática.

Ora, se em alguns casos a Vogal Temática é portadora de informação derivacional relevante, noutras ela parece ser menos activa no processo derivacional. A questão que desde logo se coloca é a seguinte: até que ponto uma teoria morfológica se compadece com um tratamento não uniforme de um mesmo constituinte? É lícito atribuir, numa teoria morfológica que se pretende coerente, um estatuto diferente a uma mesma realidade morfológica?

Nos casos em que estão presentes os sufixos *-ific-*, *-iz-*, *-e-*, *-ec-*, *-esc-*, *-ej-* (A.) ou os circunfixos em que entram estes segmentos (B.), podemos-nos dispensar de atribuir à vogal temática uma função derivacional; mas nos casos em que estes constituintes estão ausentes (verbos de tipo D.), não há outra evidência formal para a operação derivacional processada que não tenha em conta a referida vogal temática.

Não sendo um verdadeiro morfema flexional, a vogal temática também não pode ser apenas encarada como um elemento constituinte da base derivacional. Trata-se antes de um elemento integrante do tema verbal derivacionalmente construído.

Não se afigura acertado considerar a Vogal Temática como um apêndice do sufixo verbal, atendendo a que ela pode ocorrer isolada deste. Neste capítulo apenas se pode prever com segurança que todos os verbos portadores de *-esc-* e de *-ec-* estão inscritos na segunda conjugação. Se desprezarmos os verbos de tema em *-i-*, numericamente determinados e indisponíveis, pode então considerar-se que todos os verbos, sufixados ou circunfixados, que não portadores de *-esc-* ou *-ec-*, pertencem ao paradigma de tema em *-a-*.

Pela especificidade que a caracteriza e pelo papel de que se reveste, não parece também acertado afectar a Vogal Temática ao morfema de infinitivo. Para equacionar o verdadeiro estatuto da Vogal Temática recuemos novamente aos tipos derivacionais acima considerados.

Se verbos como *a-madur-ec-e-r*, *en-doid-ec-e-r*, *es-tont-e-a-r* (B.) se consideram formados por circunfixação, também nada impede que se encare que o processamento que preside a *a-madur-a-r*, *en-doid-a-r* e *es-fri-a-r* (C.) é de natureza essencialmente derivacional, em que entra em jogo um circunfixo. A equivalência entre produtos tão próximos quanto *a-madur-ec-e-r* e *a-madur-a-r*, *en-doid-ec-e-r* e *en-doid-a-r*, *en-riqu-ec-e-r* e *en-ric-a-r* abona em favor desta hipótese.

Por outro lado, a equivalência tipológica entre verbos do tipo *flor-esc-e-r* e *flor-i-r*, ou a diferenciação entre *alfabetar* e *alfabetizar* corrobora que a Vogal Temática pode ter valor derivacional, e isso acontece sempre que não é precedida de um segmento que desempenhe essa função. Os verbos de tipo D. (*azediar, adjectivar, assessorar, validar, vitimizar, diplomar, espaçar, perfumar, rubricar, temperar*) são, assim, derivados sufixalmente, uma vez que é a Vogal Temática que funciona como indicador e veículo da nova categoria lexical construída.

Por conseguinte, a Vogal Temática é um operador derivacional sempre que não estão em jogo outros segmentos que, à direita da base, assegurem a relação derivacional. Quando estes estão presentes ela tem o estatuto de mero integrador paradigmático.

Uma perspectiva deste tipo supõe e valoriza a interdependência e a complementaridade entre as dimensões derivacional e flexional de certos monemas. Contrariando as tendências que dissociam estas duas vertentes das entidades significativas, a análise efectuada evidencia a necessidade de articulação entre o derivacional e o não especificamente derivacional. Ainda que os domínios da morfologia derivacional e da morfologia flexional sejam diferentes e individualizados, há zonas de interferência significativas, de que a da afixação é exemplo.

4. Concluindo: aquando da formação de verbos funciona como operador derivacional o constituinte morfológico que se situa imediatamente à direita da base. Esta cláusula de contiguidade permite que nos casos de tipo A. e B. a Vogal Temática seja um simples integrador paradigmático.

Na ausência de outros segmentos à direita e/ou à esquerda da base, a Vogal Temática assume cumulativamente o papel de operador derivacional.

A formação de verbos processa-se, assim, através de duas modalidades derivacionais: a derivação circunfixal ($a \cdot X \cdot a \cdot r$, $en \cdot X \cdot a \cdot r$, $es \cdot X \cdot a \cdot r$, $a \cdot X \cdot ee \cdot e \cdot r$, $en \cdot X \cdot ee \cdot e \cdot r$, $es \cdot X \cdot ee \cdot e \cdot r$; $a \cdot X \cdot iz \cdot a \cdot r$, $en \cdot X \cdot iz \cdot a \cdot r$, $es \cdot X \cdot ej \cdot a \cdot r$, $es \cdot X \cdot e \cdot a \cdot r$); e a derivação sufixal ($X \cdot a \cdot r$, $X \cdot ir \cdot$, $X \cdot esc \cdot e \cdot r$, $X \cdot ee \cdot e \cdot r$, $X \cdot ej \cdot a \cdot r$, $X \cdot e \cdot a \cdot r$, $X \cdot iz \cdot a \cdot r$, $X \cdot ifie \cdot a \cdot r$). A consideração dos produtos de tipo B e C, como derivados por circunfixação traduz-se por uma maior coesão do domínio derivacional em análise, ao mesmo tempo que assegura a estrutura bimembre de todos os produtos derivacionais analisados.

Mas mais do que identificar os mecanismos e as modalidades que presidem à construção de verbos, a análise levada a cabo revela a necessidade de uma maior flexibilização do domínio tradicionalmente reservado à produção lexical, uma vez que segmentos de natureza diversa são promovidos ao estatuto de operador derivacional, comparticipando de forma extremamente produtiva na construção de novas categorias de palavras.

Referências:

- (1987) ALCORA RUEDA, Santiago — *Los parasintéticos: constituyentes y estructura léxica*. In: *Revista de la Sociedad Española de Lingüística*, 17 (2), p. 245-267.
- (1964) ALJ, Manuel de Sáid — *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3^a edição melhorada e aumentada. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1964.
- (1980) CORBIN, Danielle — *Contradictions et inadéquations de l'analyse parasynthétique en morphologie dérivationnelle*. In: Anne-Marie Dessaix-Berthonneau (préparé par), *Théories linguistiques et traditions grammaticales*. Lille, Presses Universitaires de Lille, 1980, p. 181-224.
- (1987 a) CORBIN, Danielle — *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*. 2 vols. Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1987 (2^eme édition, Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires de Lille, 1991).

- (1987 b) CORBIN, Danielle — *Contre une transposition de la théorie X' à la morphologie dérivationnelle*. In: *Acta Linguistica Academiae Scientiarum Hungaricae*, 37 (1-4), 1987, p. 73-92.
- (1984) CUNHA, Celso e Luís F. Lindley CINTRA — *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa, Sá da Costa, 1984.
- (1877) [1972] DARMESTETER, Arsène — *De la création de mots nouveaux dans la langue française et des lois qui la régissent*. Réimpression de l'édition de Paris, 1877. Genève, Skatkine Reprints, 1972.
- (1981) LIEBER, Rochelle -- *On the organization of the lexicon*. Bloomington, Indiana University Linguistic Club, 1981.
- (1989) NUNES, José Joaquim — *Compêndio de gramática histórica portuguesa - Fonética e Morfologia*. 9^a edição, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1989.
- (1993) PENA, Jesús — *La formación de verbos en español: la sufijación verbal*. In: Soledad Varela (ed.), *La formación de palabras*. Madrid, Taurus Ediciones, p. 217-281.
- (1993) RIO-TORTO, Graça Maria — *Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avalutivos*. Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1993.
- (1983) SCALISE, Sergio — *Morfologia lessicale*. Padova, Clesp Editrice, 1983 [versão inglesa: *Generative morphology*. Dordrecht, Foris Publication, 1984].
- (1987) SEGUIN, A. M. di & E. WILLIAMS -- *On the definition of word*. Cambridge, Massachusetts, The M.I.T. Press, 1987.
- (1982) SILKIRK, Elisabeth O. — *The syntax of words* [1982]. 2^a nd. edition. London, The M.I.T. Press, 1983.
- (1986) VILLALVA, Alina Maria Santos Mártires — *Análise morfológica do português*. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (inédito), 1986.
- (1981) WILLIAMS, Edwin S. — *On the notions 'Lexically related' and 'Head of a word'*. In: *Linguistic Inquiry*, vol. 12, nº 2, 1981, p. 245-274.